



## Interpelação Escrita

Há 10 anos que os residentes estão à espera da política de reordenamento dos bairros antigos! O Governo retirou da Assembleia Legislativa a proposta de lei do “Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos” e, posteriormente, sem nenhuma razão para tal, não renovou a duração do Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos de Macau. Actualmente, o Governo sugere a implementação de um conceito de “renovação urbana” que engloba o reordenamento dos bairros antigos, e isto tudo leva as pessoas a sentirem que os trabalhos de reordenamento dos bairros antigos não conseguem avançar. A maioria dos residentes, e em especial os moradores dos sete blocos do Bairro Iao Hon, está à espera há muito tempo da reconstrução dos seus edifícios, com vista à melhoria das suas condições de habitação. Estes esperam e desesperam pela reconstrução dos seus edifícios e depois de aguardarem por mais de 10 anos vêem a sua esperança regressar à estaca zero.

É do consenso da sociedade que deve ser implementado, em primeiro lugar, o Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos, e só depois é que se deve estipular sobre a renovação urbana. De facto, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Raimundo do Rosário, referiu que as reconstruções não são necessariamente feitas apenas nos edifícios antigos, pois, se os proprietários de um prédio que tenha apenas 10 anos de existência



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(Tradução)

concordarem com a sua reconstrução, esta também poderá ser feita, e não se vai ter em conta se o bairro do edifício a construir é novo ou antigo. Assim, presume-se que o conceito de “renovação urbana” é mais abrangente do que o conceito de “reconstrução dos bairros antigos”, contudo, durante a discussão do Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos, deparámo-nos com alguns problemas, nomeadamente, a questão dos impostos, a percentagem dos proprietários a concordar com a reconstrução, o alojamento e as compensações aos proprietários, bem como o planeamento urbanístico, sendo que estas questões também terão de ser encaradas aquando da implementação da “renovação urbana”. Se o Governo continuar a proceder como nas respostas dadas às interpelações dos deputados, em que só se refere que “vai ouvir atentamente as opiniões e avaliar a respectiva viabilidade”, com esta atitude de indecisão, será difícil fazer avançar o conceito de “renovação urbana”. O novo Governo deve ter responsabilidades e estratégias, com vista a acelerar os trabalhos da “renovação urbana” e recuperar os 10 anos de trabalho perdidos.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo começou a redigir a proposta de lei do Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos em 2006 e, em 2011, apresentou-o à Assembleia Legislativa. Com vista a que este regime esteja em



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(Tradução)

consonância com a Lei do Planeamento Urbanístico, a Lei de Terras e a Lei de Salvaguarda do Património Cultural, o Governo retirou o referido regime em Agosto de 2013. Posteriormente, referiu que ia dar prioridade ao referido regime e proceder à legislação por partes, contudo, o novo Governo da RAEM, para além de lançar o conceito de “renovação urbana”, não clarificou como é que vai ser o processo legislativo desta matéria. Como vai ser o trabalho do Governo tendo por base o que foi feito anteriormente, com vista a legislar progressivamente a referida proposta de lei por partes?

- 
2. No passado, faltou iniciativa por parte do Governo na liderança dos trabalhos sobre o reordenamento dos bairros antigos, pois apenas se criou o Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos para implementar os respectivos trabalhos, contudo, o referido conselho era apenas um órgão consultivo, pelo que tinha competências limitadas. No último debate das Linhas de Acção Governativa para a área dos Transportes e Obras Públicas, o Secretário Raimundo do Rosário referiu que vai ser criado o “Conselho de Renovação Urbana” para tratar dos assuntos relacionados com a “renovação urbana”, assim como mencionou que o respectivo regulamento administrativo vai ser publicado antes do Verão do presente ano. Pelo exposto, os respectivos trabalhos neste âmbito são parecidos com os métodos de trabalho efectuados



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(Tradução)

anteriormente. Contudo, as regiões vizinhas, nomeadamente, Singapura, Hong Kong, Taiwan e Cantão, têm serviços públicos específicos para tratar desta matéria. Mais, referiu o Sr. Secretário que vai reestruturar os serviços da sua tutela, nomeadamente, reduzindo 7 dos respectivos serviços que têm menos de 100 trabalhadores para 3 ou 4 serviços. Pelo exposto, aquando desta reestruturação, vai o Governo criar um serviço público específico responsável pelos trabalhos da “renovação urbana”?

3. Passados 10 anos, o reordenamento dos bairros antigos não passou das palavras aos actos, e quer os residentes que estão a morar em edifícios antigos quer os edifícios em ruínas não conseguem esperar mais 10 anos pela “renovação urbana”. Quando é que o Governo vai dar a conhecer aos residentes as ideias do conceito de “renovação urbana” e a respectiva calendarização para a sua implementação?

O Deputado à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,

**Chan Meng Kam**

20 de Abril de 2015